



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2021
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Requer informações ao Ministério da Cidadania sobre o andamento de todos os Convênios com Universidades, Prefeituras e afins, firmados a partir do ano de 2019, pela Secretaria Especial dos Esportes.

Senhor Presidente,

Solicita-se a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas as seguintes informações:

- i. ao Ministro da Cidadania, Sr. João Roma, para que disponibilize à esta casa legislativa informações sobre o andamento dos convênios firmados pela Secretaria Especial dos Esportes com Universidades, Prefeituras e afins, a partir do ano de 2019.

Incumbe salientar que as informações solicitadas decorrem da aprovação do **Requerimento nº 99/2021 – CFFC** (cópia anexa), de minha autoria, aprovado pelo plenário desta Comissão, subscrito pelo Deputado Hildo Rocha, em reunião extraordinária do dia 06/07/2021.

Sala da Comissão, 06 de julho de 2021.

Deputado Aureo Ribeiro
Presidente



* C D 2 1 5 3 7 9 4 6 3 8 0 0 *



ANEXO

REQUERIMENTO Nº 99 , DE 2021

(Do Sr. Deputado AUREO RIBEIRO)

Requer informações ao Ministério da Cidadania sobre o andamento de todos os Convênios com Universidades, Prefeituras e afins, firmados a partir do ano de 2019, pela Secretaria Especial dos Esportes.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Carta Magna e do art. 226, II, cumulado com o art. 116 e 115, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), proponho requerimento de informação ao Ministro da Cidadania, Sr. João Roma, para que disponibilize à esta casa legislativa informações sobre o andamento dos convênios firmados pela Secretaria Especial dos Esportes com Universidades, Prefeituras e afins, a partir do ano de 2019.

JUSTIFICAÇÃO

A Secretaria Especial do Esporte tem a função de supervisão e coordenação da política nacional de desenvolvimento do esporte. Nesse sentido, desenvolve e implementa ações de inclusão social, com a perspectiva de garantir o acesso gratuito a atividades físicas, qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Porém, desde 2019, a Secretaria Especial dos Esportes, hoje no Ministério da Cidadania, não apresenta informações claras em seu portal dos convênios firmados com qualquer tipo de entidade, seja privada ou pública¹.





Partindo do princípio de que a transparência não é apenas disponibilizar dados, mas fazê-lo em linguagem clara e acessível, a Secretaria Especial de Esporte tem a obrigação de chamar a sociedade para participar dos rumos do esporte nacional divulgando com clareza todos seus atos.

Com um histórico recente de irregularidades de todos os tipos em seus convênios, todas apontados pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Secretaria dos Esportes tem o dever de dar transparência a seus convênios.

Em 2017, segundo auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), foram quase R\$ 2 bilhões sem prestações de contas analisadas. Só no período de Olimpíadas, em 2016, foram aproximadamente R\$ 280 milhões que saíram dos cofres públicos em 101 convênios de esportes olímpicos, abertos por 22 confederações brasileiras². Fraudes em licitações, gastos indevidos, pagamentos suspeitos, superfaturamento, privilégios a cartolas com o dinheiro que deveria ter sido investido na preparação dos atletas brasileiros, até desvios de recursos, são algumas das várias inconsistências e irregularidades encontradas nos relatórios.

Essas informações foram resultado de apuração junto ao Ministério da Transparência e, principalmente, aos portais dos ministérios. Atualmente seria impossível tal averiguação devido à falta de transparência e, sobretudo, à inexistência de dados dos convênios.

Os fatos questionados podem indicar o mau uso de recursos públicos e, portanto, precisam ser averiguados. Por isso, a requisição de todos os contratos e convênios que resultaram em transferência de recursos para Prefeituras, Universidades e afins a partir de 2019 é de suma importância para o acompanhamento da gestão e do uso do dinheiro público.

Por fim, dada a sensibilidade e importância da questão, solicitamos o encaminhamento do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2021.

Deputado AUREO RIBEIRO





Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

(Solidariedade/RJ)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aurélio Ribeiro
Brasília - DF - CEP 70.160-900
Para verificar a assinatura, acesse <http://infoleg.br/assim/assimato.com/camara-deputados/CD215379463800>
Telefone: (61) 3216-6674/6673 - cfcc.decom@camara.leg.br



* C D 2 1 5 3 7 9 4 6 3 8 0 0 *